



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

CONCLUSÃO

Em 27/11/2013, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.

Eu,

, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **0011373-28.2013.8.26.0566** (nº de ordem 1246/13)
 Classe - Assunto **Monitória - Cheque**
 Requerente: **Real Factoring Fomento Mercantil Ltda**
 Requerido: **Francisco Carlos Terroni**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Real Factoring Fomento Mercantil Ltda. move ação em face de **Francisco Carlos Terroni**, dizendo que é credo deste da quantia de R\$ 2.305,13, representada pelo cheque n. 001018, de R\$ 2.000,00, emitido pelo réu em 17.9.2012. Ultrapassado o prazo para executá-lo pretende através de pedido monitório compelir o réu ao pagamento do referido valor, juros moratórios, correção monetária, honorários advocatícios e custas. Documentos às fls. 14/15.

O réu foi citado do mandado de pagamento e ofereceu os embargos monitórios de fls. 30/34 alegando que emprestou o cheque para Luis Carlos Ribeiro de Araújo, o qual faleceu e o seu inventário tramita pela 1ª Vara Cível local. O cheque foi dado em garantia de empréstimo à embargada quando o falecido estava em dificuldade financeira. Esta tinha conhecimento de que o embargante emprestou o cheque para aquele terceiro, motivo pelo qual o valor do cheque deve ser cobrado do espólio de Luis Carlos Ribeiro de Araújo. Ausente transação entre os litigantes. Pede a procedência dos embargos para frustrar a inicial do pedido monitório. Documentos às fls. 37/38.

Réplica às fls. 43/44 dizendo que adquiriu o título, independentemente do negócio subjacente. O cheque foi devolvido por insuficiência de fundos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

Circulou por endosso. Improcedem os embargos monitórios.

É o relatório. Fundamento e decido.

A matéria é de fato e de direito. A prova essencial é a documental e está nos autos, dispensando-se assim a produção de toda e qualquer outra prova. A dilação probatória apenas protrairia o momento da prestação jurisdicional. Nos termos do inciso I, do artigo 330, do CPC, impõe-se o julgamento imediato da lide.

O cheque de fl. 15 foi emitido pelo embargante em favor de Luis Carlos Ribeiro de Araújo - ME, que no dorso desse título endossou-o em favor da embargada.

O cheque foi devolvido pelo sacado por insuficiência de fundos. Aplicável à espécie o disposto no artigo 25, da Lei 7.357/85. O embargante pretende se eximir da obrigação do débito estampado no cheque. Seria a consagração da irresponsabilidade em face do valor do instituto do cheque.

A embargada deixou de promover a execução no prazo de 06 meses contados da data em que o cheque, tempestivamente fora levado ao sacado pela primeira vez. Na sequência, e em breve tempo, ajuizou o pedido monitório, atitude adequada. Não se exige da embargada demonstrar a causa subjacente do cheque. O próprio embargante se antecipou em informar que o cheque fora dado à embargada por conta de um empréstimo. Mais razoável falar-se em operação de desconto, tal a finalidade existencial da embargada.

O embargante deverá pagar a dívida resultante de seu alegado gesto voluntarioso de emissão do cheque para seu amigo Luis Carlos Ribeiro de Araújo - ME, e, na sequência, querendo, poderá ajuizar em face do espólio deste a ação de regresso visando ao recebimento de seu crédito.

JULGO IMPROCEDENTES os embargos monitórios. Por consequência, reconheço que o débito do embargante em favor da embargada é de R\$ 2.000,00, com correção monetária desde setembro de 2012. Juros de mora de 1% ao mês são devidos desde que o cheque foi apresentado ao sacado, ou seja, 20.9.2012, conforme consta do seu dorso. O embargante pagará ainda à embargada 15% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação, custas do processo e as de reembolso. Concedo ao embargante (fl. 36) os benefícios da assistência judiciária gratuita, por isso os ônus da sucumbência só serão exigidos do

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.gov.br

embargante na situação prevista pelo artigo 12, da Lei 1.060.

Depois do trânsito em julgado, abra-se vista à embargada para formular requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada, nos termos do artigo 475-B e J, do CPC, no prazo de 10 dias. Vindo esse requerimento, intime-se o embargante para, em 15 dias, pagar o valor do débito exequendo, sob pena de multa de 10%. Findo o prazo de 15 dias sem pagamento, expeça-se mandado de penhora, avaliação e remoção. A intimação para os fins do § 1º, do artigo 475-J, do CPC, far-se-á na pessoa do advogado do embargante.

P.R.I.

São Carlos, 30 de novembro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**